

## Quando o rio Doce abraça a Ilha: as enchentes e a formação histórica e territorial do bairro Ilha dos Araújo em Governador Valadares (MG)

**Patricia Falco Genovez \***

Universidade Vale do Rio Doce  
Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil

**Bruno Rangel Capilé de Souza\*\***

Universidade Vale do Rio Doce  
Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil

**Natália Lourdes dos Santos \*\*\***

Pesquisadora Independente  
Tarumirim, Minas Gerais, Brasil

**Mayke Douglas Martins de Souza<sup>β</sup>**

Universidade Vale do Rio Doce  
Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil

**Recebido em:** 20 maio 2024

**Aprovado em:** 26 jul. 2024

**Publicado em:** 06 maio 2025

\* Professora Titular da Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências Educação e Letras. Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: patricia.genovez@univale.br

 <https://orcid.org/0000-0003-4453-7312>

 <http://lattes.cnpq.br/9531427794137589>

\*\* Professor Titular da Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Doutor em História Social, Mestre em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, e graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: brcapile@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8860-7584>

 <http://lattes.cnpq.br/1159565063990252>

\*\*\* Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce; graduada em Direito pela Faculdades Integradas de Caratinga. E-mail: natalia.ls@hotmail.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7834-7600>

 <http://lattes.cnpq.br/2919039913575001>

<sup>β</sup> Mestrando em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce; graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Vale do Rio Doce. E-mail: mayke.souza@univale.br

 <https://orcid.org/0009-0008-5010-7013>

 <http://lattes.cnpq.br/2592159138609668>

## Resumo

No decorrer do desenvolvimento histórico do bairro Ilha dos Araújos em Governador Valadares (MG) a presença de relatos de enchentes na memória de moradores locais são lembranças que permeiam suas vidas. O bairro é um dos mais atingidos pelas enchentes do Rio Doce, cenas que vêm se repetindo ao longo da sua configuração territorial. O resgate das memórias aborda a alegria de morar num bairro com uma rica paisagem e o sofrimento dos que vivenciaram enchentes. Este artigo investigou as memórias e narrativas relacionadas às enchentes do rio Doce na Ilha dos Araújos, em Governador Valadares (MG), por meio de uma abordagem interdisciplinar. O objetivo foi compreender como os fenômenos sociais de planejamento e construção do bairro e os eventos de cheias do rio Doce moldaram a formação histórico-territorial do bairro. Para esta análise foram utilizados uma metodologia quali-quantitativa tendo como fontes o jornal *Diário do Rio Doce*, a *Revista da Ilha*, entrevistas semiestruturadas com 42 respondentes, e entrevistas não estruturadas. As lembranças das enchentes, que remontam à década de 1940, deixaram marcas indelévels na memória coletiva dos moradores, especialmente as de 1979 e 1985, que se destacaram pela magnitude e pelas consequências devastadoras. A relação entre as inundações e a ocupação territorial revela a vulnerabilidade do bairro e a necessidade de repensar as políticas de urbanização e gestão.

**Palavras-chave:** Formação Histórica. Urbanização. Enchentes. Memória. Rio Doce.

## When the Doce River embraces the Island: floods and the historical and territorial formation of the Ilha dos Araújos district in Governador Valadares (Minas Gerais, Brazil)

**Patricia Falco Genovez\***

University of Vale do Rio Doce  
Governador Valadares, Minas Gerais, Brazil

**Bruno Rangel Capilé de Souza\*\***

University of Vale do Rio Doce  
Governador Valadares, Minas Gerais, Brazil

**Natália Lourdes dos Santos\*\*\***

Independent Researcher  
Tarumirim, Minas Gerais, Brazil

**Mayke Douglas Martins de Souza<sup>β</sup>**

University of Vale do Rio Doce  
Governador Valadares, Minas Gerais, Brazil

---

**Received:** 20<sup>th</sup> May 2024

**Approved:** 26<sup>th</sup> Jul. 2024

**Published:** 06<sup>th</sup> May 2025

---

\* Full Professor at the University of Vale do Rio Doce, School of Education and Literature. PhD and MA in History from the Fluminense Federal University; BA in History from the Federal University of Juiz de Fora. E-mail: gyovanafelix@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8530-2694>

 <https://lattes.cnpq.br/4704965331700906>

\*\* Full Professor at the University of Vale do Rio Doce, School of Human and Social Sciences. PhD in Social History, MA in History of Sciences and Techniques and Epistemology, and BSc in Biological Sciences from the Federal University of Rio de Janeiro. Email: beatriz.dias@estudante.ufjf.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3264-716X>

 <http://lattes.cnpq.br/3547001455365147>

\*\*\* MSc in Integrated Territory Management from the University of Vale do Rio Doce; B. in Law from Integrated Colleges of Caratinga. Email: gabrielaferreira.historia.ufjf@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2102-7566>

 <http://lattes.cnpq.br/9545351554617857>

<sup>β</sup> MSc in Integrated Territory Management from the University of Vale do Rio Doce; BA in Architecture and Urbanism from the University of Vale do Rio Doce. E-mail: mayke.souza@univale.br

 <https://orcid.org/0009-0008-5010-7013>

 <http://lattes.cnpq.br/2592159138609668>

## Abstract

Throughout the history of development of the Ilha dos Araújos (Araújo's Island) district in the municipality of Governador Valadares (Minas Gerais, Brazil), the presence of flood reports in the memories of local residents are recollections that permeate the lives of these inhabitants. The district is one of the most affected by floods from the Rio Doce and these hydric scenes have been repeating throughout its territorial configuration. The retrieval of memories addresses both the joy of living in an environment with a nice landscape and the suffering of those who experienced flood hazards. This article researches the memories and narratives of inhabitants dealing with the Rio Doce floods in Ilha dos Araújos, through an interdisciplinary approach. The main goal was here is to understand how social phenomena of neighborhood planning and building, along with Rio Doce flooding events, shaped the social and historical dimensions and territorial as well, of the district. For this analysis, a qualitative-quantitative methodology was used, with sources including the *Diário do Rio Doce* newspaper, *Revista da Ilha*, semi-structured interviews with 42 respondents, and some more in-depth interviews. The flood memories, going back to the 1940s, left indelible marks on the collective memory of residents, mainly the of 1979' and 1985' floods, which stood out for their magnitude and devastating consequences. The relationship between floods and territorial settlement reveals the vulnerability of the neighborhood and the need of a deep insight on urbanization policies and environmental management.

**Keywords:** Historical Formation. Urbanization. Floods. Memory. Rio Doce.

## Introdução

A Ilha dos Araújos é, sem dúvida, o mais belo bairro de Governador Valadares. O retiro é privilegiado por sua beleza natural. Situa-se no Rio Doce e tem a Ibituruna enriquecendo sua paisagem. Soma-se a tudo isso a coragem dos ilhéus, vencedores de todas as enchentes (Santos, 2000, p. 33).

O pessoal fala que a gente é sem vergonha, né? Que o bairro é tão bom... que a gente fica aqui. E... essa minha amiga que mora aqui na [rua] 38, todo mundo fala com ela assim: ah muda, muda. Ela fala: “eu não mudo, não. Se a enchente for uma vez no ano. Eu passo por isso” (AB, moradora da Ilha dos Araújos)

Situada às margens do rio Doce, a Ilha dos Araújos em Governador Valadares (MG) é conhecida por sua deslumbrante beleza natural, com a imponente presença do Pico da Ibituruna adornando sua paisagem. No entanto, por trás dessa serenidade, os moradores enfrentam o desafio das enchentes que ameaçam suas casas e meios de vida. Embora muitos falem em deixar o bairro, a persistência em morar no bairro, para muitos, prevalece. Essa dualidade entre a beleza e os riscos torna a Ilha dos Araújos um microcosmo representativo das complexidades encontradas em muitas cidades ribeirinhas. Ou seja, cidades beira-rio integram, em meio ao processo de formação territorial, o ambiente fluvial ao tecido urbano de maneira que representa tanto um potencial de aproveitamento da paisagem cênica e do metabolismo hídrico, quanto os riscos das cheias do rio (Lübken, 2012). Tal integração evoca também o que Laganier (2006) denomina de “jogo territorial” articulando diferentes escalas geográficas, contextos históricos e políticos; além de variadas narrativas de experiências e vivências, portadoras de memórias e identidades que se reconfiguram em meio às enchentes.

Ao escrever sobre os riscos dos rios nas cidades, Uwe Lübken (2012) disserta sobre as planícies de inundação como espaços em disputa. Pois, do ponto de vista hidrológico, tais planícies são uma parte natural dos rios e um local em que não chega água nos momentos de baixo ou médio fluxo hídrico. No entanto, são ocasionalmente alagadas quando ocorrem eventos de alta pluviosidade na bacia, seja localmente ou nas cabeceiras de rios tributários. A Ilha dos Araújos, como um bairro planejado e transformado, ainda se mantém como uma zona de transição ecológica entre o aquático e o terrestre, onde as cheias tornaram-se ameaças constantes à população local (*Idem*). Na perspectiva da formação territorial e construção de edificações, as planícies de inundação são preferencialmente ocupadas por serem áreas planas. Desta maneira, a população local, as construtoras ou até mesmo o poder público transformam as paisagens fluviais – aterros e elevação das margens, canalizações e outras estratégias – desconsiderando a falta de memória das grandes cheias e do comportamento fluvial (Kibel, 2007). O que nos faz lembrar do posicionamento de Gilbert White (1974), onde

as enchentes e inundações não configurariam situações de risco enquanto não houvesse ocupação da planície de inundação.

Desta maneira, de modo a compreender a formação territorial de um bairro fluvial como a Ilha dos Araújos, é necessário considerar o ambiente urbano como algo relacional e processual de suas práticas espaciais que conectam processos sociais e ecológicos em constante mudança (Acselrad, 2009). Em outras palavras, considerar o “jogo territorial” que nos permite compreender tal formação e suas eventuais conexões de modo sistêmico (Laganier, 2006). Ainda no campo da Ecologia Política, Erik Swyngedouw (2009) desenvolve o conceito de socionatureza, que permite compreender o espaço cidade-rio de maneira dialética, criando distintas narrativas que conectam práticas materiais, representações e simbolismos. Para o autor, a circulação da água dentro e fora da cidade produz uma “geografia física e uma paisagem material, mas também uma paisagem simbólica e cultural de poder” (*Ibidem*, p. 113).

Considerar as forças não humanas na produção do espaço urbano é importante para compreendermos a complexidade das relações socionaturais que permeiam a formação territorial da Ilha dos Araújos. É pela energia e trabalho do rio Doce e seu contexto hídrico no vale que se desenhou sua topografia por séculos. As cidades, rodovias e ferrovia aproveitaram as planícies de inundação e as hidrelétricas foram construídas nos desníveis mais estratégicos. Nessa topografia se lixiviou as camadas geológicas expondo as jazidas de interesse da mineração, permitindo o armazenamento de sedimentos para a agricultura ribeirinha e para o transporte de canoas e pequenas embarcações; e, claro, propiciou a renovação das águas para o abastecimento das cidades e a força necessária para empurrar o esgoto doméstico e industrial delas à jusante. O sistema fluvial de várzeas, planícies de inundação e meandros foi desconsiderado pelo planejamento urbano do vale do rio Doce. Afinal, o rio não é só o seu curso na época de estiagem (White, 1996; Espíndola, 2015; Capilé, 2015; Capilé *et al.*, 2022).

Isto posto, o presente artigo tem como objetivo analisar as memórias e narrativas do processo de formação histórica e territorial do bairro Ilha dos Araújos, Governador Valadares (MG), no contexto das enchentes do Rio Doce, anteriores a 2015, quando da ocorrência do rompimento da barragem da Samarco, modificando toda a calha do rio Doce e, conseqüentemente, a relação dos moradores com a ilha. No entanto, de modo a delimitar nossa análise, este artigo contemplará as enchentes anteriores à chegada da lama da mineração decorrente do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton de 05 de novembro de 2015. A história do bairro foi e continua sendo marcada pelas enchentes que ao mesmo tempo é um elemento constante que molda a paisagem biofísica da ilha e também deixa uma forte impressão na memória coletiva dos moradores locais. Essas memórias de inundações são como marcos indelévels na vida dos moradores, repercutindo ao longo das gerações, como é o caso da enchente de 1979, onde muitos que não vivenciaram se remetem a ela. Neste marco temporal de 1979 a 2015, o resgate dessas memórias não apenas aborda o sofrimento vivenciado pelas pessoas durante esses eventos, mas também oferece uma janela para entender como as enchentes têm desempenhado um papel fundamental no processo de

formação histórica e territorial do bairro.

Para compreender como essas enchentes afetaram a evolução do bairro ao longo do tempo, foi realizada análise dos textos da *Revista da Ilha* (Santos, 2000),<sup>1</sup> de entrevistas semiestruturadas e de algumas entrevistas não estruturadas de depoentes selecionados. Estas questões que envolvem a formação histórica de um território e a agência do rio Doce estão muito presentes no cotidiano urbano de Governador Valadares, especialmente entre a população ribeirinha que anualmente sofre com as enchentes do rio Doce. Os riscos e os desastres oriundos de eventos extremos, como é o caso das enchentes serão tratados nesse artigo a partir da formação desse território e onde se desenvolveu o bairro Ilha dos Araújo; posteriormente, trataremos das narrativas orais sobre a experiência de antigos moradores que vivenciaram a ocorrência de enchentes no bairro e, finalmente, trataremos de considerar esses elementos a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

## **Do “estado de natureza” ao projeto urbanístico: o processo de formação histórica do território da Ilha dos Araújo**

O bairro Ilha dos Araújo está localizado na cidade de Governador Valadares, uma cidade do Leste de Minas, situada na mesorregião do Vale do Rio Doce (PMGV, 2015). A cidade é privilegiada pela presença do Rio Doce que configura a paisagem da cidade, juntamente com outras belezas naturais, conforme **Figura 1**.

O poder público municipal delinea o bairro a partir de sua representação de beleza cênica, por estar situada em meio ao Rio Doce com o relevo majestoso do Pico da Ibituruna agregando a paisagem do lugar. Por esses atributos, o bairro é visto como um dos atrativos turísticos da cidade:

Bairro residencial contornado pelo Rio Doce, que, com o barulho da correnteza de sua água quebrando entre as pedras no fundo, ajuda a compor o cenário de beleza e tranquilidade do lugar. O bairro é ponto de prática de esportes, como caminhada, corrida e ciclismo pelo calçadão, que conta 4,5 km de extensão intensamente arborizados (PMGV, 2015)

A história da apropriação desse espaço e a sua ocupação como bairro se estabeleceu em meio a um processo que remete a um considerável esforço de memória que os moradores atuais, mesmo os mais antigos, já não alcançam. Parte da memória sobre a formação histórica desse território foi recolhida por Parajara dos Santos que publicou relatos adquiridos através

---

1 A *Revista da Ilha* é um documento com 44 páginas de tiragem única publicada por iniciativa de Parajara dos Santos em 2000. Ela possui textos e imagens sobre história e memória das transformações da ilha em bairro.

de entrevistas realizadas com pessoas que tiveram relação direta ou indireta com a formação do bairro (Santos, 2000).<sup>2</sup> Além da narrativa contada por Parajara dos Santos publicada na Revista da Ilha foram utilizadas outras fontes: matérias do jornal Diário do Rio Doce,<sup>3</sup> com circulação desde 1958, 42 entrevistas semiestruturadas com moradores e nove entrevistas não estruturadas, com antigos moradores entre os anos de 2012 e 2016, consideradas a partir da História Oral (Portelli, 2016).

**Figura 1** –Mapa de localização de Governador Valadares, MG (à esquerda) e vista aérea do Bairro Ilha dos Araújos (à direita)



Fonte: Wikipedia Commons, 2018/GVFLY Adventures, 2015.

- 2 As fontes de informações, por entrevista são: Cecílio Pereira dos Santos (falecido em fevereiro do ano de 2000), aposentado, 87 anos; Odilon de Magalhães Barbalho, produtor rural, 83 anos; Paulo Macedo Gontijo, aposentado, 92 anos; José Fernandes de Mattos, aposentado, 98 anos; Negna A. Camargo, viúva de Justino Carlos da Conceição; Emídio Perim, aposentado, 83 anos; Heliana Márcia Pelluci de Oliveira, filha de João Pelluci; Maria Izabel de Almeida; Macedônio Amâncio Pereira, aposentado, 70 anos; Divino Pastor Caldeira, aposentado 69 anos; reverendo Vólmer Portugal; Manuel Messias dos Santos, aposentado, 73 anos; Sebastião Coelho Leão, aposentado; Ceil Augusto Ribeiro, dona de casa, 71 anos e Raimundo Martins da Silva, aposentado, 80 anos. As outras fontes, utilizadas como referência por Santos são: Cadastro Geral da Prefeitura Municipal de Governador Valadares; Livro de Tombo da Paróquia da Ilha; Jornal da Cidade; Diário Valadarense; Jornal de Domingo; Gazeta de Valadares e Diário do Rio Doce. São fontes, que em sua maioria, não podem mais ser acessadas.
- 3 O Diário do Rio Doce é um periódico sediado em Governador Valadares com matérias da região do Leste de Minas e Brasil, publicado diariamente desde sua fundação em 1958. Hoje ele pertence ao Sistema Leste de Comunicação, mantendo-se apenas como mídia digital desde 2019.

A territorialização do espaço urbano, considerada como um processo dinâmico e complexo, palco das atividades humanas, o torna um lugar repleto de significações, histórias e imaginários, do qual podem emergir múltiplas narrativas, tendo em vista a diversidade dos seus atores (Ríos, 2012). Neste sentido, podemos pensar no espaço urbano enquanto texto, envolto a inúmeras mensagens (Genovez; Cazarotto, 2021). Veremos como as narrativas territoriais na *Revista da Ilha* e nos depoimentos sintetizam vários processos de significações que constitui a territorialização da Ilha dos Araújos. Em meio ao torvelinho de antigas memórias, o editor da revista, Parajara dos Santos, expressa suas próprias percepções do processo de formação territorial do bairro assim como apresenta a perspectiva dos testemunhos dos antigos moradores, criando uma amálgama a partir da qual se torna impossível distinguir o que foi vivido e experienciado por ele e o que lhe foi contado, a partir da experiência de outros. Estabelece-se, assim, uma interação consubstancial entre a memória individual e a coletiva. Performada em variados textos, uma cidade pode confrontar no mesmo espaço temporalidades diversas, sedimentando uma história multicultural que pode ser lida pelo historiador (Ricoeur, 2007). Compreendidas dessa forma, as narrativas coletadas além de falarem de diversas temporalidades e culturas também podem revelar os conflitos existentes entre os diversos grupos sociais, suas demandas e angústias em momentos de enchente e suas respectivas representações/significações acerca do espaço.

Em suma, as narrativas podem descortinar testemunhos do tempo vivido e a memória narrada apresenta indícios de uma rede de relações históricas que lhe confere sentido e projeta sua dimensão social, permitindo a emergência de outras leituras das diversas configurações sociais, dando voz aos conflitos entre os novos territórios criados no processo avassalador pelo qual passou a cidade de Governador Valadares e sua região de inserção. Cruzando tempo e espaço, a existência narrada não tem por referência uma totalidade prévia, uma vez que ao contrário de fixar espaços e lugares os recria culturalmente, especialmente nos momentos de ocorrência da enchente.

## **Narrativas de uma formação territorial**

De acordo com as narrativas obtidas por Parajara dos Santos (2000), o primeiro dono das terras da Ilha foi o cabo da Quinta Divisão Militar, Antônio Máximo de Oliveira, pai de José de Serra Lima de Oliveira.<sup>4</sup> Em 1872, o cabo Máximo cedeu a posse das terras da Ilha ao tenente João Coelho, que lutou como soldado na Guerra do Paraguai. Posteriormente, João Coelho, repassou as terras para a família Araújo e para a família Pereira, em virtude de

---

4 O rio Doce foi dividido em sete circunscrições militares, denominadas Divisões Militares do Rio Doce. A Quinta Divisão, conhecida como Porto de Dom Manuel, estabelecida em 1808, gradativamente deu origem a alguns povoados, dentre os quais Peçanha da qual o Distrito de Figueira, atual Governador Valadares, fez parte.

casamentos na família. Essas se tornaram propriedade de Joaquim Alves de Araújo, um português que ganhava a vida vendendo remédios, por volta de 1890 (Santos, 2000; Espindola, 2005). Como encarregado da ilha, Joaquim casou com uma indígena, formou uma fazenda e constituiu uma família com doze filhos, sendo que apenas dois deles, Rosa e Teodorico, lá permaneceram. Dessa maneira, as terras foram divididas em três glebas de 7,5 alqueires: Joaquim ficou com a parte de baixo, Teodorico com a gleba do lado do Pico da Ibituruna e Rosa com a gleba ao lado do povoado de Figueira (Santos, 2000).

Após a morte de Joaquim, em 1938, sua viúva teve sua parte da gleba levada a leilão e arrematada por José Serra Lima de Oliveira, filho do primeiro proprietário das terras, o cabo Máximo. Posteriormente, essas terras foram vendidas para Justino Carlos da Conceição Junior, em 1950. Justino foi o idealizador do processo de urbanização da ilha. Na mesma época, Teodorico vendeu a sua gleba para José Fernandes de Mattos que, tempos depois, ofereceu metade do terreno a Odilon de Magalhães Barbalho, por questões de dívidas (Santos, 2000). Logo em seguida, Justino pediu a Odilon que intermediasse a venda da gleba de José Pereira, que era o esposo de Rosa, dona da outra parte da ilha, com a Construtora Carmo (*Idem*). Após essa intermediação ser concretizada, o sonho de Justino em tornar a Ilha uma cidade e levar o desenvolvimento para o local, se tornou realidade.

A construção de uma ponte foi necessária para dar prosseguimento ao loteamento da ilha. Odilon fez um acordo com a Construtora Carmo de ceder metade de sua gleba (311 lotes) como pagamento pela urbanização do restante de sua área. O acordo entre os três novos proprietários das terras da Ilha foi fator determinante para que o loteamento fosse feito. Eles precisaram arcar com os custos para a construção da ponte, que daria acesso ao novo empreendimento. O projeto da ponte e a planta do loteamento ficou a cargo de outra construtora, a Mendes-Campos, de Paulo Gontijo (Santos, 2000). Deu-se início ao povoamento da ilha e a paisagem que até então era composta por uma grande fazenda, receberia um projeto de urbanização, que mudaria tanto sua configuração espacial quanto o uso local.

Antes de finalizarem o loteamento da ilha, os empreendedores lançaram 100 primeiros lotes para avaliarem a viabilidade ou não do empreendimento, com o fim de executarem o restante do loteamento e construir a ponte. O lançamento foi um sucesso de vendas permitindo a execução da ponte, que faria a ligação do novo bairro à cidade. O responsável pela construção da ponte da ilha foi João Pellucci, mestre de obras, ou seja, nenhum engenheiro acompanhou a construção, concluída no prazo de 25 meses, entre abril de 1954 e maio de 1956 (Santos, 2000).

A narrativa de Parajara dos Santos (2000) pode ser complementada pelas entrevistas coletadas entre 2015 e 2016 (serão indicadas apenas as iniciais dos nomes dos participantes entrevistados). Mesmo sem a construção completa da ponte, “ainda sobre pranchões no último lance, os proprietários de lotes invadiram o novo bairro” (*Ibidem*, p. 14). Um desses moradores foi o pai do entrevistado RS (2016). Ele foi o quinto morador da Ilha, em 1955. Antes que terminassem a construção da ponte, as primeiras pessoas que compraram os lotes na ilha começaram a usar a ponte para ter acesso ao novo bairro. A ilha aparece na narrativa

de Parajara dos Santos como um ambiente ainda “bastante selvagem, só podia ser penetrada por estreitos caminhos” (*Ibidem*, p. 14).

Nascido na Ilha em 1962, RS (2016) nos conta que até a década de 1980 o bairro era repleto de campinhos, não havia calçamento nas ruas e nem rede de esgoto. O rio Doce era usado pelos moradores, especialmente as crianças e adolescentes, que se reuniam para nadar nos fins de semana. “No final da Ilha era só mato. Era quase como morar numa fazenda” (RS, 2016). Esse aspecto rural também pode ser percebido na narrativa do senhor HS (2016). Ambos, RS e HS, relatam o começo do bairro com casas simples povoadas por pessoas de baixa renda. HS (2016) conta que sua casa foi financiada e que mais parecia “um forno por causa do telhado de amianto”. O aspecto rural também foi relatado pela senhora SMC (2016) ao falar do encantamento quando foi conhecer a casa que o marido pretendia comprar. “Tinha muito espaço para os filhos pequenos e os meninos cresceram soltos”. Sentia-se próxima à sua própria infância, passada em uma fazenda. A narrativa da senhora IV (2015), moradora da Ilha desde 1970 também destacou o aspecto deserto e perigoso do bairro já que “as casas não possuíam muros e os meninos ficavam soltos”.

Em meio ao aspecto ainda rural, os moradores não humanos ainda se faziam muito presentes nos primeiros momentos desse encontro com a nova demografia humana. “Os primeiros moradores da Ilha, tiveram que viver de ‘orelha em pé’ por causa das cobras que apareciam dentro de casa e com os noturnos caçadores de rãs e ladrões de cabrito” (Santos, 2000, p. 14). Os primeiros moradores sofreram ainda por falta de luz e água. “A água era o maior problema de todos” (*Idem*). A infraestrutura urbana do bairro demorou para ser concretizada.

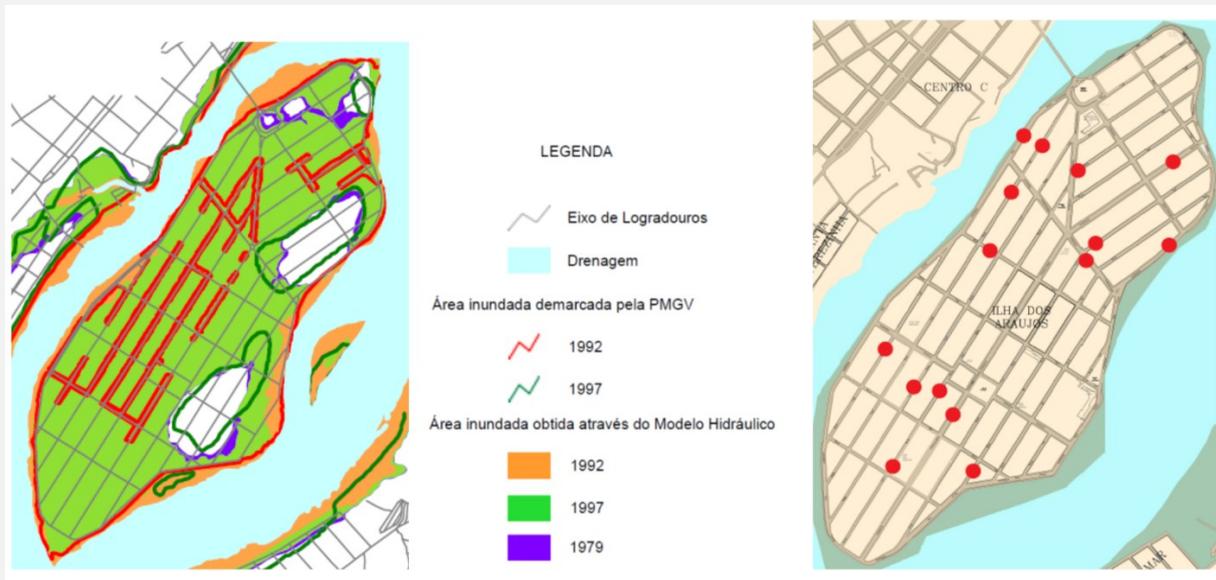
Ficou evidente que o sucesso de vendas indicava o interesse de transformar o espaço anfíbio ilha-rio em uma continuação privilegiada do território urbano. Outro indicador deste interesse foi a rapidez dos acordos entre proprietários e construtoras para lotear e preparar os caminhos para o quadriculado racional do bairro planejado. No entanto, como tantos bairros ribeirinhos, o planejamento desconsiderou a dinâmica fluvial das enchentes. Afinal de contas, estas pessoas não estavam preocupadas com as suas próprias moradias, mas sim em desenvolver um empreendimento imobiliário altamente rentável. Uma vez mais, o encontro entre o capital privado e o interesse das construtoras, a ambição dos proprietários especuladores e o poder público municipal resultou na idealização de uma socrionatureza urbana que não atendeu à complexidade do ambiente fluvial (Capilé, 2022). O fato é que, entre o início da urbanização e a ocorrência da primeira enchente com a ilha em seu redimensionamento territorial como bairro passaram-se mais de uma década. Foi a partir desse evento que, efetivamente, passou-se a mapear as áreas inundáveis, conforme veremos a seguir.

## O rio Doce e a Ilha dos Araújos nas narrativas do território: áreas inundáveis

Ora, se o termo enchente remete a uma questão socionatural dos riscos hídricos em uma dada população, a memória coletiva das enchentes na Ilha dos Araújos somente se deu após o aumento demográfico, na década de 1960. Devido a sua configuração espacial anfíbia, o bairro está entre os mais atingidos por enchentes, junto aos bairros São Tarcísio, São Pedro, Universitário, Santos Dumont, Santa Rita, Santa Terezinha (Genovez; Ferreira Filho, 2014). No jornal regional, *Diário do Rio Doce (DRD)*, a primeira menção ao termo enchente somente se deu em dezembro de 1964, com corte no abastecimento de água e algumas perdas materiais. Porém, somente com o extremo evento de chuvas no Sudeste brasileiro, no início de 1979, que as notícias se tornaram bastante frequentes nos jornais e no imaginário valadarenses (Guedes *et al.*, 2012). Afinal de contas, este foi um evento de fortes chuvas que afetou grande parte de Minas Gerais e Espírito Santo (Gontijo; Assis, 1997).

Desenvolvemos este artigo considerando as principais enchentes em Governador Valadares antes da grande transformação fluvial do maior crime socioambiental que ocorreu em 2015, com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco/Vale/BHP, em Mariana por considerar que tal evento mudou a relação dos moradores ribeirinhos com o rio e, conseqüentemente, com as enchentes (Espíndola; Guimarães, 2019; Rocha *et al.*, 2021). Na **Figura 2** o mapa da esquerda apresenta as manchas que demarcam até onde as enchentes de 1979, 1992 e 1997 atingiram o bairro, em que somente algumas pequenas faixas territoriais da Ilha não chegaram a ser inundadas. No mapa da direita, os pontos em destaque mostram a localização de 15 moradores entrevistados que relataram terem sido afetados por enchentes na Ilha dos Araújos. Os demais moradores entrevistados disseram que foram atingidos por enchentes ao menos uma vez, mas não informaram onde moravam, por isso, foram considerados nove entrevistas.

Os relatos de moradores da Ilha dos Araújos mostram que a ocorrência de enchentes é parte constituinte da vida dos moradores locais. A partir das 42 entrevistas semi-estruturadas efetuadas na pesquisa, podemos traçar um perfil do grupo de moradores participantes: aproximadamente 25% (n=10) se declararam nascidos em Governador Valadares, enquanto os demais indicaram origem em municípios do entorno; somente dois participantes nasceram em cidades fora de Minas Gerais. Embora não seja foco desta pesquisa, é importante levar em consideração o fato de quase dois terços dos participantes terem origem em cidades do entorno (todas de pequeno porte), o que pode ser indicativo de uma mentalidade mais interiorana ou até rural em relação a ocupação deste território, podendo gerar uma dada memória coletiva envolvendo a experiência de morar num bairro com as características de uma ilha, envolta pelo rio Doce.

**Figura 2** –Áreas inundáveis no bairro Ilha dos Araújos

Legenda: 1) Figura à esquerda, mapa do CPRM de demarcação das áreas atingidas pelas enchentes de 1992, 1997 e 1979 na Ilha dos Araújos (Fonte: CPRM, 2004). 2) Figura à direita, mapa colaborativo com locais (pontos em vermelho) onde entrevistados apontam onde foram atingidos por enchentes na Ilha dos Araújos, a partir da entrevista semi-estruturada (Fonte: Elaboração nossa, 2024).

Nesse grupo, 28,6% (n=12) declararam não terem sido afetados por enchentes no bairro. Dado que nos faz refletir sobre o que de fato significa ser afetados para eles. Em geral, se consideram afetados mediante o alagamento da residência. Do grupo de 71,4% (n=30) que declararam terem sido afetados, 36,7% (n=11) foram atingidos uma vez, 16,7% (n=5) duas vezes, 31% (n=9) três vezes, 10% (n=3) quatro vezes, e 3,3% (n=1) doze vezes. Esses índices evidenciam não só a frequência das enchentes no bairro como o desenvolvimento de uma disposição e resiliência dos moradores em permanecerem no local, por razões diversas. Assim, do grupo de 42 moradores, todos consideraram o bairro tranquilo, próximo ao centro e o lugar adequado para habitar; apenas dois (4,8%) declararam ter pensado em mudar de bairro por causa das enchentes.

Em relação à presença de órgãos governamentais de amparo e orientação em momentos de ocorrência das enchentes, quatro moradores (9,5%) indicaram que conhecem alguma instituição ou órgão encarregado de tomar providências e efetuar medidas para reduzir o risco de danos causados pelas enchentes. Esse índice demonstra que os participantes convivem com o risco da enchente a partir de suas próprias experiências e das informações que passaram a constituir coletivamente.

Na memória do grupo de entrevistados a enchente que mais apareceu (76% n=32) foi a de 2012, a última ocorrida, antes de 2015 quando do rompimento da barragem da Samarco. Outras enchentes também receberam destaque: a de 1997 (50% n=21), as de 1979 e 2003 (26% n=11) e a de 1985 (14% n=6). Além dessas datas outras surgiram na memória dos entrevistados: 1984, 1987, 1994, 1996, 2002, 2006, 2007, 2009, 2010 e 2011. Para a defesa civil, entre 1979 e 2012 as maiores cheias do rio Doce foram: 1979 (5,18m), 1997 (4,77m), 2012 (4,15m), 1985 (4,01m), 2005 (3,66m), 2003 (3,36m), 1992 (3,26m), 2011 (3,34m), 2009 (3,23m) e 2008 (3,19m) (PMGV, 2012). Como se pode observar nem sempre as datas citadas pelos moradores correspondem com aquelas registradas pela Defesa Civil. Aliás, a Defesa Civil não incluiu a enchente de 1981, considerada no relatório do Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Além disso, a partir das publicações do *Diário do Rio Doce* pôde-se constatar que essas enchentes não ocorreram devido a cheia do rio Doce, mas devem ser compreendidas como enchentes urbanas que aconteceram com frequência razoável na cidade. Um alto volume de água em curtos períodos de tempo, fazem com que o sistema de drenagem seja insuficiente para drenar todo o volume de água em um tempo hábil, provocando inundações em pontos isolados na cidade.

A narrativa postulada pelos órgãos governamentais apresenta um cenário mais técnico e busca mitigar os impactos a partir de planos de ação e controle. No caso das narrativas dos moradores a memória da enchente se ancora em termos espaciais, nas ações cotidianas, na constituição de redes de solidariedade e possui pouca precisão temporal. Em vista dessas características, há outras dimensões que ganham relevância nessas narrativas como se percebe nos trechos a seguir, especialmente aquelas cotidianas que levam a uma refiguração do território habitado e do fluxo temporal vivenciado pelos moradores. A moradora SMC (2016) narra que não se lembrava bem de quantas enchentes havia vivenciado: "Foram três? Não lembro. A gente esquece das enchentes". Outros moradores, como RS (2016) falam da ocorrência de várias, sem torná-las muito precisas temporalmente, apenas a de 1979 aparece bem marcada em sua memória. A senhora IV (2015) também destacou algumas enchentes, especialmente as de 1979, 1997 e a de 1985. Esta última não foi tão crítica porque a água chegou apenas ao passeio, mas o fato de ter comprometido a ponte, que liga o bairro ao centro da cidade, tornou a situação muito dramática para os moradores. Na enchente de 1979, a perda foi total e na de 1997 a perda foi menor porque os moradores foram suspendendo os móveis e a água baixou mais rápido. Em todas as situações, a senhora IV (2015) saiu de casa e foi para casa de parentes em outros bairros da cidade; antes de 1979, ela declarou ter tido conhecimento de uma enchente em 1962, mas a água atingiu as ruas, sem entrar nas poucas casas que existiam naquela época.

De fato, em 1979, o evento teve uma magnitude regional no Norte e Leste de Minas Gerais, e parte do Espírito Santo. As chuvas frequentes permaneceram por quase três semanas. Tal fato foi reforçado pelo jornal *Diário do Rio Doce* (ano 21, 30 jan. 1979, p. 5) realçando a situação da ilha na enchente de 1979: "A Ilha dos Araújos é o ponto mais afetado, por condições geográficas". Temos no DRD a tessitura de mais uma narrativa que promove

uma espécie de mito fundador da enchente. É significativo observar que antes de 1979 o DRD, desde o início de sua circulação em 1958, tratava apenas de inundações e não usou, em nenhuma de suas matérias, a palavra enchente. Quando do evento de fevereiro de 1979, o destaque foi dado aos bairros ribeirinhos que sofreram com a cheia do rio Doce, dentre eles, evidentemente, a Ilha dos Araújos (Genovez *et al.*, 2012). As matérias, de um modo geral, buscaram comunicar a dificuldade enfrentada pela população atingida e dar contornos do caos gerado no cotidiano da cidade e de seus moradores.

A narrativa dos participantes reafirmou a situação crítica apontada pelo noticiário do DRD. Eles relataram que o volume de água foi inesperado e como foi a primeira enchente de grandes proporções que ocorreu na Ilha dos Araújos já urbanizada, os moradores não estavam preparados para vivenciar tamanho desastre. “Aqui ficou que era barro puro, rebentou [*sic*] a rua aqui, foi uma catástrofe mesmo”, afirmou a moradora MZ (2015). Outros cinco moradores também relataram na entrevista semiestruturada as dificuldades ocasionadas pela enchente de 1979. A água chegou a superar um metro dentro das casas; em alguns lugares alcançou 1,80m. Nem todos receberam o aviso para deixarem suas casas. Todos relataram danos materiais e alguns chegaram a perder todos os móveis e aparelhos que tinham em casa. A normalidade só foi alcançada depois de alguns meses, visto que a água só começou a baixar, em alguns lugares, após dezesseis dias. Para alguns, o socorro veio através de parentes; outros disseram não terem recebido ajuda.

As perdas materiais, decorrentes dessa enchente, representaram um valor incalculável, para as famílias que tiveram suas casas atingidas. “Perdi tudo de material” (MZ, 2015). “Eu perdi meus móveis tudo” (ZL, 2015). Com o grande volume de água, que surpreendeu moradores da ilha e a demora para baixar a água a ilha foi interditada e os moradores saíram de suas casas. “Na ilha eles tinham controle de quem entrava e quem saía na época da enchente” (ZL, 2015).

A moradora MZ (2015) reafirmou que saiu de casa com as roupas do corpo, mas com a intenção de voltar no dia seguinte. Ela e a sua família ficaram na casa da cunhada, que lhe emprestou roupas. As dificuldades enfrentadas foram muitas. “Foram 16 dias de molho. O que atrapalhou nessa enchente, foi porque a água ficou de molho, porque quando a água chega e passa, você põe pra secar tudo. Na de 79, essa foi a verdadeira, aí nós ficamos flagelados mesmo” (MZ, 2015). Na enchente de 1979, as famílias demoraram a voltar para as suas casas, o que intensificou as perdas materiais. “Porque 17 dias de molho, sobra nada não, não sei nem como as casas ficaram de pé na Ilha” (MZ, 2015).

ZL revela outra dimensão da enchente de 1979, estreitamente ancorada na história familiar: quando ocorreu a enchente de 1979, ela e a família tinham acabado de mudar para a Ilha dos Araújos. Ela e a família estavam realizando o sonho da casa própria, que haviam construído recentemente. “Construímos essa casa, quando chegou no final do ano, dia 17 de dezembro 1978, nós mudamos pra aqui pra Ilha dos Araújos” (ZL, 2015). Logo após a mudança, em fevereiro de 1979, veio a enchente. Foi um transtorno na vida da família e apesar de gostar do bairro, ZL pensou em desistir do lugar; por um momento pensou em mudar. “Tinha um mês e pouco, eu mudei dia 17 de dezembro, aí início de fevereiro a enchente veio, entrou 70 cm de

água lá embaixo [pavimento térreo da casa atual], aí eu desanimei com a Ilha, desanimei, queria mudar daqui” (ZL, 2015). As narrativas dos moradores refletem a angústia e o sofrimento de famílias, que tiveram que recorrer a ajuda de parentes e amigos. “Foi muita gente que ajudou” (MZ, 2015). A enchente de 1979 ficou marcada. “Foi o ano em que o Rio Doce abraçou a Ilha dos Araújo” (MZ, 2015).

No *Diário do Rio Doce*, a narrativa se deu de forma plural. O tom jocoso das charges (**Figura 3**) por vezes era modificado por umas propostas de imagens com mais empatia. Abaixo duas artes do chargista local Clóvis, ambas publicadas em 1979, representam distintos posicionamentos, marcados pela experiência do artista frente à realidade dos atingidos.

**Figura 3** –Charges de Clóvis publicada no Diário do Rio Doce



Fonte: *Diário do Rio Doce*. Charge da esquerda publicada em 14 de janeiro de 1979 e a da direita, no dia 30 de janeiro do mesmo ano.

As perdas materiais dos mais abastados foram alvo de interesse de outros atingidos pela cheia do Rio Doce em 1979. A parte escrita do *Diário do Rio Doce* por vezes ressaltava um posicionamento puramente jornalístico, enquanto que outros momentos a narrativa classista explicitava as relações desiguais no território urbano valadarense. A **Figura 4** veio acompanhada da seguinte legenda: “Eles são uma espécie de xepeiros. Muitos, principalmente mulheres e crianças, estão na Ilha dos Araújo em grande número, apanhando roupas, objetos, colchões, que são jogados fora pelos moradores ou deixa nas ruas pelas águas” (*Diário do Rio Doce*, ano 21, 30 dez. 1979).

Já foi mencionado que a cidade e o bairro foram afetados por outras enchentes, muitas de menor magnitude foram lembradas, como a de 2003, e outras mais intensas, como a de 1997 (4,77 metros), a de 2012 (4,13 metros) e a de 1985 (4,01 metros). Na **Tabela 1** vemos o histórico de enchentes na cidade e a cota de inundação. Segundo relatório do Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2004), em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), o ponto crítico da Ilha dos Araújos nas ruas 14, 12 e 24 se dá na altura de 2,85m do rio Doce. Nas enchentes a partir de 3,50m, “boa parte da Ilha dos Araújos, bairro Santa Rita e parte do bairro São Pedro começam a ser inundados” (CPRM, 2004, p. 29). Ou seja, as últimas 7 enchentes registradas afetaram os moradores do bairro.

**Figura 4** –Charges de Clóvis publicada no Diário do Rio Doce



Legenda: Duas mulheres andam pelas ruas do bairro em busca de objetos que possam aproveitar.  
Fonte: *Diário do Rio Doce*, 30 dez. 1979.

**Tabela 1** – Charges de Clóvis publicada no *Diário do Rio Doce*

#	Eventos críticos	Cota de inundação
1	fevereiro de 1979	5,18 metros
2	janeiro de 1997	4,77 metros
3	janeiro de 2012	4,13 metros
4	janeiro de 1985	4,01 metros
5	março de 2005	3,66 metros
6	janeiro de 2003	3,36 metros
7	dezembro de 2011	3,34 metros
8	outubro de 1992	3,26 metros
9	janeiro de 2009	3,23 metros
10	dezembro de 2008	3,19 metros

Fonte: *Diário do Rio Doce*, 1979-2008. Elaboração nossa, 2024.

As medições do Serviço Geológico do Brasil, da Agência Nacional de Águas e do Instituto Mineiro de Gestão de Águas trazem apenas um aspecto técnico que não dão conta dos fenômenos culturais de experimentar as enchentes. Vemos, por exemplo, que a enchente de 1985 (4,01 metros) foi relatada nas entrevistas com bastante ênfase. Desta vez, não pelo volume de água, mas pelas dificuldades e particularidades em que os habitantes do bairro foram submetidos. Devido a questões estruturais e pela força das águas, a ponte que fazia a ligação do bairro a cidade precisou ser dinamitada. “O prefeito Ronaldo Perim dinamitou 33 metros da ponte, cujos pilares estavam cedendo” (Santos, 2000, p. 18). Nas palavras de ZL (2015), “A Ilha depois dessa [enchente] de 79, teve uma outra que teve que arreventar a ponte, que a ponte estava caindo, aí o Ronaldo Perim mandou quebrar a ponte”. E mesmo que a data correta seja um equívoco, no caso de MZ, a memória vivenciada de uma ponte de uma ilha ser dinamitada veio à tona: “Eu não sei se foi em [19]85 ou se foi em [19]83, eu não me lembro, mas, aí teve o problema da ponte, que eles estouraram” (MZ, 2015).

A estrutura da ponte ficou abalada e o governo municipal acreditava que a ponte iria cair com a força da água; caso ocorresse, “a água levaria a ponte toda” (Santos, 2000, p. 18). Assim, foi decidido que a ponte teria que ser dinamitada. A única ligação do bairro à cidade

não poderia ser mais utilizada pelos moradores. “Explodiram a ponte! Lá vamos nós atravessar de balsa” (MZ, 2015). Novamente, a dificuldade se fazia presente. Moradores tiveram que abandonar suas casas e quem não teve condição de sair do bairro, tinha que atravessar o Rio Doce, através da balsa. “Quem pôde mudar-se da ilha mudou. Quem não pôde, teve de se submeter à balsa, durante meses, com paciência franciscana” (Santos, 2000, p. 18).

Apesar das enchentes que afetam direta ou indiretamente os moradores do bairro, as entrevistas realizadas com os moradores, apontam que as enchentes, não foram fator determinante para que as pessoas se mudassem para outros bairros, até os anos de 2015/2016, quando as entrevistas em profundidade foram feitas. Uma característica que realça essa questão é o fato da maior parte dos moradores da Ilha dos Araújo de baixo poder aquisitivo ter deixado o bairro na enchente de 1979. Aos poucos a ilha passou a ser ocupada por moradores com maior poder aquisitivo; o que os assegura uma capacidade maior de resiliência e permanência no bairro, especialmente considerando as dificuldades materiais. “Eu não troco essa ilha por qualquer um bairro aí a fora não, gosto muito daqui” (ZL, 2015).

Socioeconomicamente falando, a Ilha dos Araújo, enquanto um bairro ribeirinho, se diferencia da maioria de outros bairros similares, como São Tarcísio e Santa Rita, com populações mais vulneráveis. Essa mudança ocorreu na década de 1980, de acordo com RS e outros dois membros de sua família GS e MS (2016). Esse grupo familiar relatou que no início o bairro era só mato e tinha casas e terrenos baratos, posteriormente foram instaladas habitações populares, do antigo projeto do BNH, financiado pelo Governo Federal. “Eram todos os moradores de uma renda menor. A partir da década de 1980 é que surgiram as casas melhores e passou a ser um bairro elitizado. Antes não tinha calçamento e nem esgoto. A origem foi humilde” (GS, 2016). A boa condição financeira atual, da maior parte da população do bairro, indica a possibilidade de mudança residencial para outros pontos da cidade, mas apesar das alterações ocorridas no cotidiano do bairro na época das enchentes, o que se nota é a preferência dos moradores em permanecer morando no bairro.

## **A formação histórica, as enchentes e o “Jogo Territorial”**

Os relatos obtidos sobre a formação histórica, a configuração da ilha em bairro, a narrativa dos moradores mais antigos e a ocorrência das enchentes nos leva a refletir sobre a interação entre todos esses elementos e o surgimento do que Laganier (2006) denomina de “Jogo Territorial”; ou seja, “uma vez que o jogo territorial muda e com ele o estatuto dos territórios, este não se limita às características temporo-espaciais e aos empreendimentos das atividades econômicas ou ainda às instituições que os governam” (*Ibidem*, p. 11, tradução nossa). Dessa maneira, o território passa a ser um ator, um portador de projetos; torna-se um sistema complexo, organizado, hierárquico, mas, ao mesmo tempo, movido e portador de ações. Um “jogo” que irá articular a formação histórica de um que também é portador do potencial indicado por Lübken (2012), integrando sua paisagem cênica e um certo tipo de

metabolismo hídrico no movimento arriscado das enchentes.

Isto posto, o percurso da Ilha que transformou um espaço isolado e inacessível em fazenda e, posteriormente, em bairro se deu precisamente no momento da construção da ponte que a ligou ao centro da cidade. Nessa trajetória o território ganhou um projeto; ou melhor, tornou-se um projeto não só para os empreendedores como para os moradores de classe baixa que viram uma oportunidade de morar próximos ao centro, financiando casas baratas, como fica expressa na primeira parte desse artigo. Visto por esse ângulo a ocorrência de enchentes não passa de um evento crítico, porém, isolado e que não entra na história cotidiana dos moradores. Há inúmeras memórias, evidentemente, em função das enchentes demarcarem uma quebra no tempo cotidiano de todos os moradores, mas elas são narradas e lembradas em suas singularidades sem interferir na vivência de um bairro considerado tranquilo, próximo ao centro e onde se pode viver em comunidade, estabelecendo laços de sociabilidade entre a vizinhança.

Esses elementos são desconsiderados numa perspectiva territorial de cunho materialista e unifuncional que compreende o território apenas a partir da visão distanciada e burocrática, partindo de um filtro administrativo (Santos, 1985; 1996; Raffestin, 1993). Visto por esse ângulo, o poder público considera, em função de tais eventos, a vulnerabilidade dos habitantes do bairro e suas inúmeras áreas de risco, em virtude de alagamentos. Avisos são emitidos pela Defesa Civil com carros de som, solicitando que os moradores evacuem o bairro em função do risco da enchente, desconsiderando as redes de sociabilidade e ajuda mútua, o conhecimento que cada morador conquistou em cada experiência vivenciada com as enchentes; assim como, desconsidera as soluções que a população busca tendo como ponto de partida suas práticas cotidianas. A postura do poder público, dado ao fato de lidar com a realidade em termos meramente administrativos, não leva em conta que as transfigurações territoriais sofridas durante a enchente transfiguram também todos os demais sujeitos envolvidos no evento. Daí a permanência de retomar a perspectiva de Swyngedouw (2009), para a paisagem simbólica que emerge para além das alterações físicas oriunda das enchentes. O “Jogo Territorial” pode e deve contemplar outras lógicas.

Sob esse aspecto, o bairro Ilha dos Araújos pode ser considerado em um *continuum* que abarca tanto seus aspectos materiais quanto os simbólicos, carregando para além de seu valor de uso, as marcas do vivido (Haesbaert, 1999; Claval, 2011). São essas marcas que redimensionam o bairro nas ocorrências das enchentes. Quando elas ocorrem a Ilha toda se reconfigura e deixa de ser o bairro urbanizado e próximo ao centro para se tornar uma grande comunidade onde todos se conhecem e são solidários. Há, portanto, uma espécie de reafirmação de uma identidade territorial que se configura, refigura e transfigura a cada evento da enchente (Haesbaert, 1999). Morar na Ilha exige destreza e conhecimento para lidar com o rio que deixa de ser paisagem e passa a ser natureza. Enfim, apesar das dificuldades vividas na época das enchentes, o que se nota é a preferência dos moradores em permanecer morando no bairro. A dualidade de riscos e belezas, dores e delícias, mencionadas no início do texto, de fato marca a população ribeirinha da Ilha dos Araújos e permeia o “Jogo Territorial”.

## Considerações finais

A ocorrência das enchentes do rio Doce na Ilha dos Araújos em Governador Valadares (MG) está fundamentalmente ligada com a ocupação territorial das planícies de inundação, áreas inundáveis do território original do próprio rio. A trajetória histórica do bairro entrelaçado com as águas revoltas do rio foi marcada por enchentes que moldaram tanto o tecido físico quanto o imaginário coletivo dos moradores. Ao refletir sobre a relação íntima entre as inundações e a comunidade local, torna-se evidente que esses eventos naturais não são meros incidentes isolados, mas sim decorrências fundamentais na construção da identidade e da experiência histórica do bairro.

As entrevistas e análises históricas revelam exatamente essa construção identitária que emana de uma memória palmilhada pelas enchentes. As narrativas pesquisadas trouxeram informações desconhecidas da memória coletiva das enchentes na Ilha dos Araújos, como foi o caso da enchente de 1941, quando o local ainda era uma fazenda, revelando que esse tipo de evento extremo já ocorria na região. Posteriormente, com a ilha já habitada, ocorreram as enchentes em 1979, 1985, 1997, 2003, 2012 e muitas outras. Algumas dessas enchentes obtiveram maior destaque nas entrevistas.

Das enchentes que atingiu o bairro as que mais marcaram a vida dos habitantes foram a de 1979 e a de 1985. A primeira, de 1979, teve sua marca registrada na memória dos moradores afetados em virtude do grande fluxo e volume das águas que atingiu a região e das perdas materiais oriundas desse desastre. Em comparação com outras enchentes que aconteceram, consolidou a ocorrência desse evento ambiental como a pior enchente da história da cidade. Em relação a enchente de 1985, o volume de água dessa vez não foi fator decisivo para que a enchente permanecesse na memória dos habitantes do bairro. O registro na memória ocorreu pela dificuldade de acesso ao bairro, principalmente pelo fato da ponte ter sido dinamitada.

O estudo realizado na Ilha dos Araújos, em resumo, ressalta a importância de compreendermos as dinâmicas socionaturais que permeiam a formação dos territórios urbanos. Essa análise histórica e empírica destaca a complexidade da relação entre o bairro e as enchentes do Rio Doce, evidenciando como esses eventos naturais moldaram não apenas o ambiente físico, mas também a identidade e a experiência coletiva dos seus habitantes ao longo do tempo, estabelecendo um "Jogo Territorial". Nesse "jogo" cada morador articula tempo e espaço a sua maneira e vislumbra um dado momento ou evento, significando o espaço e transformando-o em lugar. Será, portanto, à medida que os eventos decorrem na narrativa que seus narradores vão imprimindo suas relações em cada lugar, demarcando por meio de práticas culturais e cotidianas os múltiplos territórios vividos e significados. Essa dinâmica se torna ainda mais intensa em meio aos eventos extremos, como é o caso das enchentes; o que revela um caráter sistêmico de cunho relacional e integrativo, nos convidando a refletir sobre a vulnerabilidade em seu componente institucional e os sistemas de governança, que indicam as redes de poder (mediadas pela experiência do cotidiano e pela

visão do Estado).

A partir do cenário narrado pelos moradores do bairro emerge a dimensão local da ação coletiva e de como cada um deles se confronta com o risco da enchente. Nessa perspectiva caberia discutir de forma mais contundente sobre a integração do bairro na ação pública, adaptando políticas e normas nacionais às práticas culturais específicas dos moradores, redefinindo o estilo de prevenção, adequando-o aos contextos sociais, culturais, institucionais, econômicos e geográficos singulares ao “Jogo Territorial” existente na Ilha. Em outras palavras, *quando o rio abraça a Ilha* o grande desafio que se apresenta é propor um campo de ação que aproxime o Estado, as coletividades locais e os demais atores privados; e, para além desse desafio, confrontar os saberes locais, as representações que os sujeitos têm dos riscos e as modalidades de gestão individual ou coletiva do risco de inundação.

As enchentes do rio Doce não são, em síntese, apenas eventos naturais, mas sim processos históricos e sociais que deixam marcas indeléveis na paisagem e na memória coletiva. Sendo assim, os moradores atuais, mesmo com toda admiração e apego pelo bairro demonstrado nas entrevistas de campo, vivem com uma preocupação constante, nos períodos de chuvas intensas; o que se agravou após o rompimento da barragem da Samarco. É nesta história de encontros entre água e terra, rio e cidade, belezas e riscos, que a formação territorial da Ilha dos Araújos se manteve distinta de outros bairros ribeirinhos. Dessa maneira, mantendo o bairro igualmente como referência histórica de lazer e beleza cênica, assim como das memórias das enchentes do rio Doce.

## Referências

### Iconografia

GVFLY Adventures. *Foto da Ilha dos Araújos*. Disponível em: <https://cidadesemfotos.blogspot.com/2016/11/fotos-de-governador-valadares-mg.html>. Acesso em: 13 maio 2024.

WIKIMEDIA Commons. *Localização do município de Governador Valadares no estado de Minas Gerais, Brasil*. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais\\_-Municip\\_GovernadorValadares.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_-Municip_GovernadorValadares.svg). Acesso em: 13 maio 2024.

### Bibliografia

A ilha dos Araújos é o ponto mais afetado, por condições geográficas. *Diário do Rio Doce*, Governador Valadares, ano 21, p. 5, 30 jan. 1979.

ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis. *Arquitextos*, ano 4, 2003.

ARRUDA, Gilmar. *A natureza dos rios: história, memória e territórios*. Curitiba: UFPR, 2008.

BARTHES, Roland. Introduction to the Structural Analysis of Narrative. In: SONTAG, Susan (Org.). *A Barthes Reader*. London: Cape, 1982.

CAPILÉ, Bruno. Os idealizadores da socionatureza urbana e a transformação da paisagem fluvial carioca. In: COSTA, Alexander; SCHNEIDER, Luisa (Org.). *Rios urbanos: diferentes abordagens sobre as águas nas cidades*. Vol. 1. Curitiba: CRV, 2022.

CAPILÉ, Bruno; *et al.* (Org.). *Às margens do Progresso: os rios e a modernização nas sociedades latinoamericanas*. Maceió: Olyver, 2022.

CARDONA, Omar Dario. The need for rethinking the concepts of vulnerability and risk from a holistic perspective: A necessary review and criticism for effective risk management. In: BANKOFF, Greg; FRERKS, Georg; HILHORST, Daniel (Org.). *Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People*. London: Earthscan, 2004.

CASTILHO, Alice Silva de. *Definição da Planície de Inundação de Governador Valadares*. (Relatório Técnico Final). Belo Horizonte: ANA/CPRM/IGAM, 2004. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/14817>. Acesso em: 13 maio 2024.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: UFSC, 2011.

CORAGGIO, J. L. *Territorios en transición y la planificación regional en América Latina*. Quito: Ciudad, 1987.

CPRM. Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil. *Definição da Planície de Inundação de Governador Valadares*. (Relatório Técnico Final). Belo Horizonte: ANA/CPRM/IGAM, 2004. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/14817>. Acesso em: 13 maio 2024.

DNOS. Departamento Nacional de Obras de Saneamento - CCS / DAEP. *Prevenção e controle das enchentes do rio Doce – Relatório*. Coordenação gráfica e impressão. Rio de Janeiro: DNOS 1982.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*,

Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

Eles são uma espécie de xepeiros. *Diário do Rio Doce*, ano 21, 30 dez. 1979.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Associação comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história*. Governador Valadares, MG: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis (GO), v. 4, n. 1, p. 160-206, 2015.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; GUIMARÃES, Diego Jeangregório Martins; MIFARREG, Iesmy Elisa Gomes. Desastre no Território da Mineração em Minas Gerais. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, Anápolis (GO), v. 9, n. 1, p. 258-263, 2019.

FONSECA, José Raymundo. *Figueira do Rio Doce*. Rio de Janeiro: [s. n.], [s. d.].

GENOVEZ, Patrícia Falco; CAZAROTTO, José Luiz. A cidade como texto. Aproximações entre antropologia, urbanismo e semiótica do espaço. *Cidades. Comunidades e Territórios*, Lisboa, n. 43, p. 227-239, 2021.

GENOVEZ, Patrícia Falco; FERREIRA FILHO, José Bispo. Configurações de um cenário territorial: o eixo Rio Doce/bairro São Tarcísio/ribeirinhos (Governador Valadares/MG). *Antíteses*, Londrina (PR), v. 7, n. 14, p. 373-393, 2014.

GENOVEZ, Patrícia Falco; VILARINO, Maria Terezinha Bretas; SUPERBI, Roberto. Populações ribeirinhas e o processo de urbanização: o horizonte histórico das enchentes em Governador Valadares a partir do *Jornal Diário do Rio Doce*. [Anais do] *Encontro Regional de História – ANPUH/MG*, 18. Vol. 1. Ouro Preto, MG, 2012. Ouro Preto, MG: EdUFOP, 2012.

GONTIJO, Bernardo Machado; ASSIS, Wellington Lopes. Análise preliminar da sucessão de tipos de tempo no Norte de Minas Gerais e suas relações com os sistemas atmosféricos atuantes: períodos chuvosos de 1978/79 e 1984/85. *Geonomos*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 59-64, 1997.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Social Science Information*, Thousand Oaks, v. 14, n. 3, p. 29-47, ago. 1975.

GUEDES, Gilvan Ramalho; GENOVEZ, Patrícia Falco; VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Eventos

extremos numa perspectiva interdisciplinar, multi-escalar e multi-método: uma abordagem territorial. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo. *Território Mobilidade Populacional e Ambiente*. Governador Valadares, MG: UNIVALE, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do [...] Encontro de Geógrafos da América Latina*, 10. São Paulo, 2005. São Paulo: USP, 2005, p. 674-677.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Geografia cultural: manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERG, 1999.

HARDY, Barbara. Towards a Poetic of Fiction: 3. An Approach Through Narrative. *Novel*, Durham, v. 2. n. 1, p. 5-14, 1968.

HARRES, Marluza M.; RÜCKERT, Fabiano Quadros. *A natureza, o tempo e as marcas da ação humana: políticas públicas e ambiente em perspectiva histórica*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2015.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-Jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KERMISCH, Céline. *Les paradigmes de la perception du risque*. Paris: Lavoisier, 2010.

KIBEL, Paul Stanton. Bankside urban: an introduction. In: KIBEL, Paul Stanton (Org.). *Rivertown: rethinking urban rivers*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 2007.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Présentation. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, v. 29, n. 3, p. 537, 1974.

LAGANIER, Richard (Org.). *Territoires, inondation et figures du risque*. La prevention au prisme de l'évaluation. Paris: L'Harmattan, 2006.

LÜBKEN, Uwe. Rivers and risk in the city: the urban floodplain as a contested space. In: CASTONGUAY, Stéphane; EVENDEN, Matthew. *Urban rivers: remaking rivers, cities, and space in Europe and North America*. [S. l.]: [s. n.], 2012.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: Um Passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/monica.htm>. Acesso em: 25 out. 2005.

NODARI, E. S.; ESPINDOLA, M. A.; LOPES, A. R. S. (Org.). *Desastres Socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2015.

PMGV. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. *Aspectos gerais: conheça mais sobre a cidade de Governador Valadares*. 2015. Disponível em: <https://www.valadares.mg.-gov.br/detalhe-da-materia/info/aspectos-gerais/12083>. Acesso em: 13 maio 2024.

PMGV. Secretaria Municipal de Governo. *Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC)*. 2012. [S. n. t.].

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAPPORT, N. Problem-Solving and Contradiction. Playing Darts and Becoming Human. *Self, Agency and Society*, Thousand Oaks, v. 2, n. 1, p. 81-101, 1998.

RAPPORT, N.; OVERGING, J. *Social and Cultural Anthropology: Key Concepts*. London: Routledge, 2000.

RATZEL, Friedrich. *La géographie politique*. Paris: Fayard, 1987.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RIO Doce Alerta. *Cheias Históricas. Aplicativo de androide da Prefeitura Municipal de Governador Valadares (MG)*. Versão 1.4.0. Atualizado em: 13 mar. 2024.

RÍOS, Francisco T. Antropología del territorio. *Polis: Revista de la Universidad Bolivariana*, Santiago, v. 11, n. 32, p. 493-510, ago. 2012.

ROCHA, Lissandra Lopes Coelho; *et al.* O desvendar de Themis nos desastres socioambientais: as invisibilidades jurídicas e o direito dos desastres. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 1-21, 2021.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

- SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Parajara dos. *Revista da Ilha*. Governador Valadares, MG: Publicação da ILS Comunicação, 2000.
- SAQUET, Marcos Aurélio. A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann. *Revista da ANPEGE*, Dourados (MT), v. 5, n. 75, p. 135-145, 1988.
- SAUER, Carl. Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- SEDREZ, Lise F.; MAIA, Andrea Casa Nova. Enchentes que destroem, enchentes que constroem: natureza e memória da Cidade de Deus. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, p. 183-200, 2014.
- SEDREZ, Lise Fernanda; MIRAGLIA, Marina. A cidade perdida para as águas: o caso da Vila Epecuén na província de Buenos Aires, Argentina. *Esboços*, Florianópolis, v. 20, p. 35-51, 2013.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. Memórias sobre a história de uma cidade: a História como labirinto. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 47, n. 24, p. 241-270, 1988.
- SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- WACKERMANN, Gabriel. *La géographie des risques dans le monde*. Paris: Ellipses, 2005.
- WHITE, Gilbert. *Natural hazards: local, national, global*. New York: Oxford University Press, 1974.
- WHITE, Richard. *The organic machine: The remaking of the Columbia River*. New York: Macmillan, 1996.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.198-215, 1991.